

### *José Calvet de Magalhães*

Em 1986, para o primeiro número da revista *Estratégia*, escrevi um pequeno ensaio sobre o euro-atlantismo, a orientação fundamental da política externa portuguesa que sempre preconizei. Decorridos mais de quinze anos sobre essa data, alguns importantes acontecimentos provocaram uma modificação importante da situação internacional, como foram, nomeadamente, a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, o alargamento e evolução da União Europeia, a guerra do Golfo e os barbáricos ataques terroristas contra os Estados Unidos de 11 de Setembro de 2001. Parece, pois, apropriado passar em revista o que escrevi em 1986 e verificar em que medida as minhas observações e conclusões continuam ou não a ser pertinentes.

Continuo a pensar que a adesão portuguesa às Comunidades Europeias, hoje União Europeia, pôs em relevo a componente europeia da política externa portuguesa, não invalidando ou enfraquecendo, porém, a importância da componente atlântica no posicionamento externo do nosso país. Ambas as componentes constituem, de facto, a nosso ver, as bases fundamentais da política externa portuguesa no actual momento histórico, produto de uma penosa e lenta evolução histórica em que os factores geoestratégicos, económicos e culturais acabaram por determinar uma orientação que nem sempre os nossos homens públicos souberam apreender e dinamizar em devido tempo. Se hoje, contra ventos e marés, nos instalámos comodamente numa espécie de euro-atlantismo basilar, nem sempre nos apercebemos das razões profundas e das consequências de uma atitude que, à maioria dos portugueses, parece agora surpreendentemente natural e consentânea com os interesses fundamentais do país nos aspectos de segurança e do progresso económico e cultural. Uma nova reflexão sobre a natureza dos factores e do processo histórico que originaram esse posicionamento externo parece-nos, pois, oportuna e estimulante, tendo em conta a nova conjuntura internacional após o termo da Guerra Fria.

Na gestação ou formulação de qualquer política externa há que ter em conta, em primeiro lugar, a posição geográfica dos países em questão, entendida esta em toda a sua extensão e não tomada apenas em qualquer aspecto parcial. Este princípio básico nem sempre, porém, esteve presente na memória dos defensores de certas políticas externas extremas que põem em relevo um determinado aspecto geográfico em detrimento dos outros. Trata-se, naturalmente, de uma atitude não-científica, resultante de uma qualquer ideologia que ignora deliberadamente os dados reais que a possam contradizer. A nossa óptica será, por conseguinte, uma óptica globalizante dos factores geográficos.

Na longa história de Portugal, os factores geográficos sofreram grandes variações, implicando, conseqüentemente, alterações sensíveis nos elementos determinantes ou influenciadores da nossa actuação externa. O nosso país nasceu como unidade política europeia nos meados do século XII, e a partir de 1249, quando foram completadas as fronteiras políticas actuais do seu território continental, a sua posição geográfica era a de uma verdadeira encruzilhada entre continentes e mares: no eixo Norte-Sul, situado como era no extremo Sudoeste da Europa, apontava para o continente africano; e no eixo Este-Oeste situava-se entre o Mediterrâneo e o Atlântico, apontando naturalmente para este último grande mar. A simples referência a esta situação geográfica, só por si, ajuda a compreender muitos dos aspectos da actuação externa portuguesa através do seu passado multiseccular.

Os poetas têm por vezes felizes intuições. É assim que Camões salienta a particular posição geográfica de Portugal o que, como veremos mais adiante, tinha uma importância muito relevante para a concepção fundamental dos *Lusíadas*. Ao descrever a Europa, que o poeta chama a «larga terra», afirma que a Península Ibérica é a «cabeça da Europa toda» e que Portugal é «quase cume da Europa toda», acrescentando: «onde a terra acaba e o mar começa». Outro poeta dos nossos dias, Fernando Pessoa, ao falar da Europa na sua *Mensagem*, diz que «o rosto com que fita é Portugal». Fita o quê? O Ocidente, ou seja, o mar-oceano. Nestas alusões dos dois grandes poetas põe-se em evidência a particular posição geográfica portuguesa, especialmente a dualidade terra-mar, elemento básico da problemática política portuguesa.

Se da simples análise da posição geográfica passarmos para a consideração de um dos seus principais corolários, ou seja, as diversas fronteiras do país, verificamos que no Portugal nascente, na época em que o seu primeiro monarca talhou para si um novo reino, essas fronteiras eram três: a norte e oriente, a fronteira com o reino de Leão e Castela; a sul, a fronteira com o território ocupado pelos mouros; e a ocidente o vasto oceano. Obtido o reconhecimento da independência portuguesa por parte do suzerano castelhano, era necessário eliminar a fronteira sul, o que foi conseguido após porfiadas lutas que só terminaram em 1249. Ficou, pois, o oceano, e como diz o poeta, *Portugal fitando os mares*.

Os geógrafos e os historiadores já puseram em evidência a importância do factor marítimo, não apenas nas características sociológicas do povo português, mas igualmente na formação da sua política externa, nomeadamente na sua expansão ultramarina iniciada nos começos do século XV. A esse factor já se tem chamado *oceanidade* e o seu peso nos destinos nacionais é inegável. Seria extremamente longo e fora do nosso actual propósito examinar aqui, pormenorizadamente, a incidência do factor geográfico na expansão ultramarina portuguesa, bastando apenas acentuar que ela gerou, naturalmente, novas posições geográficas para Portugal, com todas as complexas implicações para a acção externa levada a cabo pelos governantes nacionais através dos vários séculos. Limitar-nos-emos, para efeito da nossa análise, a referir brevemente alguns aspectos desse problema no que respeita às épocas mais próximas dos nossos dias, a saber: a) o período entre as duas grandes guerras mundiais; b) o período após a Segunda Guerra Mundial até à Revolução de Abril; c) o período após a descolonização portuguesa que se seguiu a essa revolução.

Portugal saiu da Primeira Guerra Mundial conservando todos os territórios ultramarinos que possuía anteriormente. Esses territórios eram constituídos pelas seguintes parcelas: na Europa, o território continental e os arquipélagos da Madeira e dos Açores; na África, a Guiné portuguesa, Angola, Moçambique e os arquipélagos de S. Tomé e Príncipe e de Cabo Verde; na Ásia e Oceania, Goa, Damão, Diu, Macau e Timor.

O território continental português possuía apenas uma fronteira terrestre com a Espanha. Este facto determinava, só por si, um particular relacionamento com esse país, que a contiguidade geográfica impunha. Historicamente, a Espanha constituiu uma ameaça permanente para a independência portuguesa e em diversas épocas e ocasiões essa ameaça fez-se sentir de forma bastante concreta. Natural era, pois, que desde muito cedo os governantes portugueses, dada a desproporção evidente entre as forças portuguesas e espanholas, procurassem encontrar apoio numa força marítima que pudesse, em caso de necessidade, acorrer em defesa da nossa autonomia. Circunstâncias históricas de vária ordem, que não importa aqui pormenorizar, fizeram surgir como aliado natural contra Castela (e depois a Espanha) a Inglaterra, e quando este país se transformou numa grande potência marítima essa aliança

passou a ser determinante. Esta situação, através de várias vicissitudes, em que, aliás, o aliado escolhido se revelou não ser muito cómodo, sendo até por vezes traiçoeiro, perdurou no período entre as duas grandes guerras mundiais.

Por outro lado, os vários arquipélagos espalhados pelo Atlântico davam uma dimensão atlântica à nossa projecção externa. O caso do arquipélago dos Açores era particularmente importante no duplo aspecto da política externa e da estratégia militar. Situado quase a meio do Atlântico Norte, a sua posição geográfica não poderia deixar de interessar aos Estados Unidos. Esse grande visionário político que foi Andrade Corvo, escrevia em 1872: «A posição geográfica de Portugal, com as ilhas dos Açores situadas no caminho da América, está mostrando que é ele o Estado da Europa cujas relações mais proveitosas podem ser à República Americana». Não admira, pois, que nas primeiras negociações entre Portugal e a jovem república americana, que tiveram lugar entre 1783 e 1786, os negociadores americanos John Adams e Thomas Jefferson (mais tarde ambos Presidentes dos Estados Unidos) propusessem o estabelecimento de um entreposto americano nos Açores. Este interesse dos Estados Unidos pela posição geográfica açoriana manifestou-se por diversas formas e ocasiões, nomeadamente pela manutenção de uma estação naval americana em Ponta Delgada durante a Primeira Guerra Mundial que foi, aliás, visitada em 1918 por Franklin D. Roosevelt, quando era subsecretário da Marinha no governo do Presidente Wilson. Ao interesse estratégico dos Açores para os Estados Unidos, acrescia o facto de importantes núcleos de açorianos se terem estabelecido naquele país a partir do século XVIII.

Deve, no entanto, observar-se desde já que no período entre as duas grandes guerras que estamos analisando, apesar dos factores geográficos, demográficos e outros e, ainda, a importância assumida pelos Estados Unidos na cena mundial após a sua intervenção na Primeira Grande Guerra, as relações de Portugal com esse país foram sempre vistas em Lisboa num plano assaz secundário, pelos motivos que mais adiante teremos ocasião de referir.

Olhando agora para o conjunto dos territórios ultramarinos, convém assinalar que as possessões africanas portuguesa possuíam fronteiras com outros territórios coloniais sob o domínio da Grã-Bretanha, da França e da Bélgica. Na Índia, os territórios constituíam, por sua vez, pequenos enclaves numa vasta possessão britânica. Macau, vizinho de uma China em declínio, tinha também como vizinho próximo a colónia britânica de Hong Kong, de que era uma espécie de satélite. O Timor português era vizinho do Timor holandês. Esta situação fazia com que Portugal fosse, no Ultramar, vizinho da Grã-Bretanha, da França, da Bélgica, da Holanda e da China. A nossa política externa, no período a que nos referimos, era a de manter estreitas relações com estes países pelas razões geográficas apontadas.

Na realidade, porém, as relações com a Grã-Bretanha assumiam um papel preponderante no conjunto das nossas relações externas. Portugal achava-se ligado a esse país por uma aliança multiseular que, na sua primeira fase, representava um apoio fundamental para garantir a defesa da autonomia em relação a Castela e, a partir do século XVII, após a Restauração, igualmente uma garantia da presença portuguesa nos seus vastos domínios ultramarinos, herdados da era dos descobrimentos.

Em ambos os aspectos, o europeu e o ultramarino, a Grã-Bretanha constituía para Portugal o seu principal apoio externo, cuja importância foi aumentando à medida que o poderio britânico foi crescendo e a situação portuguesa nos domínios económico e militar foi declinando.

Acresce que desde a *Entente Cordiale* as relações entre a Grã-Bretanha e a França eram as melhores, e quer a Bélgica quer a Holanda mantinham estreitas relações com o governo de Londres. No sul da China,

onde Macau se situava, os britânicos disfrutavam de uma decisiva influência junto de uma China bastante enfraquecida. Os diversos factores históricos, económicos e políticos, associados ao importante factor geográfico, faziam com que, neste período, a aliança luso-britânica constituísse o *pivot* central da política externa portuguesa. Com aquela nossa tendência para a simplificação, a aliança inglesa tornou-se, para a generalidade dos políticos portugueses como que uma ideologia, uma espécie de dogma que fazia esquecer ou colocar em plano secundário outras hipóteses relevantes de apoio internacional que libertassem o país de uma penosa supremacia, exercida por vezes de forma abusiva e que não poucos amargos de boca nos causou. Quando, sobretudo na segunda parte do século XIX, os interesses portugueses em África se chocaram com os interesses britânicos na mesma área, políticos houve que, fascinados com o poderio da Alemanha de Bismarck, após a guerra franco-prussiana, tentaram jogar a carta germânica contra a Grã-Bretanha, o que levou ao doloroso ultimato de 1890. Passado o trauma voltou-se à subordinação quase cega à política pró-britânica.

Toda esta triste fase da política externa portuguesa resultou do abandono da clarividente política de Andrade Corvo que, procurando definir as nossas fronteiras ultramarinas negociando com a Grã-Bretanha, pretendia abrir o ultramar português ao investimento estrangeiro, especialmente ao americano. Ele profetizou a importância futura que os Estados Unidos teriam na política mundial e na estabilidade europeia, escrevendo: «Os Estados Unidos são chamados pelas circunstâncias a representar um grande papel na política do mundo; principalmente os sucessos da Europa, como infelizmente tudo parece indicar, levaram esta a um período de lutas desastrosas de nação a nação, de violências contra o direito e contra a independência das pequenas nações, a um período de opressão e despotismo».

Como homem de governo, de 1871 a 1879, Andrade Corvo procurou executar o seu pensamento, tendo sido apenas parcial e temporariamente bem sucedido em virtude da forte oposição dos interesses estabelecidos e do nacionalismo estreito de alguns sectores políticos do seu próprio partido. Resolveu os problemas de fronteiras das possessões na Índia através de um acordo com a Grã-Bretanha; negociou e concluiu um tratado com esta potência definindo os limites de Moçambique e iniciou negociações com os britânicos para a fixação dos limites de Angola na bacia do Zaire. O chamado «tratado de Lourenço Marques», de 1879, serviu de pretexto para uma violenta campanha levada a cabo por políticos de várias cores, aliados, ou não se sabe se inspirados, por negreiros e monopolistas que não perdoavam a Andrade Corvo os planos de abertura da África portuguesa ao mundo exterior. Fontes Pereira de Melo, apesar de concordar com as ideias do seu ministro, não conseguiu sustentá-lo e o governo a que presidia foi forçado a demitir-se, do que veio a resultar a não ratificação do tratado, apesar das tentativas do rei D. Luiz para o salvar. A carreira política de Andrade Corvo foi destruída, a sua política foi abandonada, caminhando-se para o confronto com a Grã-Bretanha e o ultimato.

A Segunda Guerra Mundial levou o governo de então a tomar uma importante opção no domínio da política externa, perante tendências opostas que se defrontavam dentro e fora do governo. Apesar da tentação ideológica, que por vezes tem contaminado e deturpado os fundamentos da política externa portuguesa, os factores geopolíticos revelaram-se suficientemente fortes para impor uma política de neutralidade. O conflito evidenciou a oposição das democracias aos regimes totalitários da Alemanha e da Itália (oposição já, aliás, patente durante a Guerra Civil de Espanha). O regime do Estado Novo assentava numa forte crítica do sistema democrático, o que levou alguns dos seus dirigentes políticos da altura a inclinarem-se a favor dos opositores das democracias e, por conseguinte, contra a Grã-Bretanha. Em muitas camadas da população portuguesa existiam fortes sentimentos anti-britânicos resultantes de uma série de factores: os abusos das autoridades britânicas cometidos em Portugal e na África portuguesa

no decurso do século XIX, culminados no ultimato de 1890; a política pró-britânica dos primeiros governos da República, que levaram os sectores católicos e monárquicos a posições pró-germânicas durante a Primeira Guerra Mundial; a ameaça comunista na Península Ibérica, com os governos «vermelhos» em Madrid, apoiados pelas democracias e o apoio dado pelos países do Eixo aos nacionalistas espanhóis.

Tendo em conta, todavia, os dados geográficos que assinalámos, o país foi colocado perante o seguinte dilema: se Portugal entrasse no conflito ao lado das democracias, ou seja, ao lado da Grã-Bretanha (como aliás fez, em circunstâncias diversas, na Primeira Guerra Mundial), isso poderia provocar a ocupação do país por forças hispano-alemãs, possíveis desembarques ulteriores nas nossas praias de forças das democracias e a transformação do continente português num teatro de guerra; se, numa hipótese contrária, Portugal juntamente com a Espanha, se colocassem abertamente do lado das potências do Eixo, declarando guerra às democracias, as ilhas atlânticas e todas as possessões ultramarinas seriam certamente ocupadas pelas forças democráticas. A diversidade das posições geográficas e as circunstâncias políticas, impunham, pois, a neutralidade. Mas o peso da aliança luso-britânica era ainda tal que o governo de Salazar, ao proclamar essa neutralidade no início do conflito, condicionou-a às obrigações da aliança. Houve quem chamasse a esta postura uma *neutralidade colaborante*. Foi precisamente pelo facto do governo de Londres ter, em 1943, invocado a aliança, que o governo português concedeu facilidades militares aos britânicos nos Açores, que foram depois estendidas às forças americanas.

No período que vai do final da Segunda Guerra Mundial à eclosão da Revolução de Abril, a situação política das fronteiras dos territórios ultramarinos portugueses sofreu uma radical transformação em resultado do processo de descolonização, iniciado logo após a cessação do conflito mundial, processo fomentado principalmente no seio da ONU. O movimento anti-colonialista, cujo dinamismo e eficácia eram evidentes para os observadores atentos da cena internacional, levou à emancipação política de vastos territórios sob o domínio britânico, francês, belga e holandês. Aquela situação geopolítica dos territórios ultramarinos, acima descrita, foi profundamente alterada. Em vez de termos como vizinhos nesses territórios a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e a Holanda, passámos a ter a Índia, o Senegal, a Guiné-Konacri, o Congo-Brazaville, o Congo-Kinshasa (hoje República Democrática do Congo), a Zâmbia, a República da África do Sul, a Suazilândia, a Rodésia (hoje Zimbawe), o Malawi, o Tanganica (hoje Tanzânia) e a Indonésia. Este simples enunciado evidencia, por si só, a gravidade da nova situação criada para o país na cena internacional. Até então, o império colonial português vivera principalmente encostado ao império colonial britânico e acessoriamente aos impérios coloniais francês, belga e holandês. Desaparecidos estes impérios, criou-se à nossa volta um vazio político, agravado pelo forte movimento descolonizador que, além de dispor de considerável audiência no palco da ONU, era apoiado, embora por motivos diversos, pelas duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, e, de forma mais discreta, pela própria Santa Sé.

No final da Segunda Guerra Mundial, as primeiras crises ultramarinas que Portugal teve que enfrentar respeitaram à reocupação de Timor, ocupada pelos japoneses, e ao aparecimento na China vitoriosa de um movimento para a retrocessão de Macau. Debeladas ambas as crises, surgiu logo uma crise mais grave quando a União Indiana, após a sua independência em 1947, declarou que os territórios de Goa, Damão e Diu eram partes integrantes da União, devendo Portugal abandonar a sua soberania sobre eles. A questão indiana veio pôr em foco o problema da actualidade da aliança luso-britânica e, conseqüentemente, demonstrar a necessidade de rever toda a problemática da nossa política externa no que se referia à defesa do Ultramar. O governo britânico, aliás, ao embarcar na sua política de

descolonização deixou entender ao governo português que a transformação do império britânico e o alargamento da Comunidade Britânica, com a inclusão de antigas colónias britânicas, tornadas Estados independentes, trazia limitações ao funcionamento da aliança luso-britânica. Assim, esta não poderia funcionar plenamente em casos de conflito entre Portugal e um membro da Comunidade Britânica.

Deverá observar-se ainda que a aliança já havia, aliás, sido superada no que se referia ao território metropolitano de Portugal, com a sua participação no Tratado do Atlântico Norte de 1949, pelo qual o nosso país recebeu uma garantia colectiva contra ataques de terceiros países, devendo salientar-se que o convite dirigido a Portugal para participar na Aliança Atlântica se baseou essencialmente em razões de ordem geoestratégica. Numa concepção estratégica do Atlântico Norte, era indispensável incluir na sua área todos os países ribeirinhos e Portugal era um deles, quer pelo seu território continental quer pelo arquipélago dos Açores. A importância do território continental português como testa de ponte no extremo sudoeste da costa atlântica europeia e como guardião das rotas marítimas para o Sul e o Mediterrâneo, era evidente, aumentada pelo facto da Espanha ser excluída da Aliança. No que respeitava ao valor estratégico do arquipélago açoreano em particular, ele fora bem evidenciado durante a Segunda Guerra Mundial. O Secretário de Estado americano Dean Acheson, um dos principais obreiros da Aliança Atlântica, afirma claramente nas suas memórias: «A importância de Portugal, detentor dos Açores, para a defesa da Europa Ocidental era bem clara».

Se considerarmos agora a nova situação criada em África, a que já nos referimos, com excepção da República da África do Sul, da Rodésia, do Malawi e da Suazilândia, os restantes países vizinhos dos territórios coloniais portugueses, não só propugnavam a independência desses territórios no seio da ONU e noutros *fora* internacionais, como apoiavam pelas mais diversas formas os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas que entretanto se formaram, a partir sobretudo de 1960. Alguns desses países tornaram-se importantes bases operacionais para esses movimentos que, utilizando a conhecida tática do *santuário*, criavam sérias dificuldades às forças de defesa portuguesas. O factor geográfico da vizinhança transformou-se, assim, de vantagem em inconveniente.

Uma transformação tão radical das condições geográficas de base e a intensidade, apoios e características do movimento internacional de descolonização exigiam uma «revisão agonizante» das políticas ultramarina e externa de Portugal. Os governos da época não empreenderam, porém, essa revisão e optaram pelo imobilismo. Não pretendemos, todavia, analisar em profundidade as causas e motivações da atitude assumida por esses governos nesta matéria pois isso nos afastaria muito do tema central do presente estudo. Limitamo-nos, por conseguinte, a descrever a situação factual existente, pondo em evidência, mais uma vez, a importância dos dados geopolíticos e os perigos que poderiam advir da sua não consideração ou minimização, na formulação de uma política externa realista que, despida de quaisquer preocupações ideológicas, procurasse ter em conta apenas o interesse nacional.

Após a Revolução de Abril verificou-se a supressão de todas as posições geográficas portuguesas fora da Europa, com excepção de Macau e de Timor-Leste, dois casos muito particulares que vieram a sofrer ulterior solução. Portugal encontrou-se geograficamente limitado apenas ao seu espaço europeu, continental e insular. A incidência dos factores geográficos na definição da sua política externa apresentou-se com maior clareza e sem a complexidade com que era vista nos períodos anteriores.

O Portugal de hoje, no ponto de vista geográfico, encontra-se numa posição quase idêntica ao Portugal dos anos que precederam a expansão marítima, se exceptuarmos os arquipélagos atlânticos. Parece-nos útil e oportuno recordar que no início dessa expansão o país era já velho de três séculos. Ainda ecoam as

vozes das Cassandras políticas que, não há muito tempo, proclamavam que a perda do Ultramar representaria a perda da identidade nacional, esquecendo-se desse Portugal medieval cuja vitalidade ficou bem demonstrada nos campos de Aljubarrota. E como as Cassandras não desistem facilmente passaram a clamar que a integração na União Europeia representaria o fim da pátria portuguesa!

Portugal possui hoje uma única fronteira terrestre: a fronteira com a Espanha, tal como acontecia na época em que se iniciou a expansão marítima. Neste aspecto não existe qualquer modificação fundamental directa na sua postura internacional, que é a de manter o melhor relacionamento possível, em todos os campos, com o país vizinho. Geograficamente parte da Península Ibérica, o nosso país faz naturalmente parte do continente europeu com todas as consequências geopolíticas e geoestratégicas que isso implica.

Para além da fronteira terrestre portuguesa e da sua continentalidade europeia, a restante fronteira portuguesa é marítima e atlântica: fronteira marítima com Marrocos e fronteira com o oceano Atlântico. A dualidade terra-mar constitui, pois, um elemento fundamental na formulação de qualquer política externa portuguesa. A situação presente do país é certamente diversa da situação que perdurou durante mais de cinco séculos e que originou uma predominância, por vezes excessiva, do elemento marítimo sobre o elemento terrestre na formulação da nossa política externa, em muitos momentos importantes da história. A existência de vastos territórios ultramarinos sob a soberania portuguesa, fez com que a generalidade dos políticos portugueses atribuíssem uma primazia aos assuntos ultramarinos sobre os problemas continentais, alheando-se bastante das questões propriamente europeias que só os preocupavam de forma mitigada e indirecta, ou quando as consequências materiais das convulsões europeias lhes batiam às portas.

Desaparecidos os domínios ultramarinos, não só a natureza europeia assumiu maior importância e evidência, como o mar passou a ter para Portugal um valor próprio e mais directo, deixando de ser, como era até então, sobretudo fonte de alimentação e meio de comunicação. Com a evolução recente do direito marítimo internacional, Portugal poderá hoje exercer direitos de exploração sobre uma vasta zona atlântica, cuja área é dezoito vezes superior à área do solo português. Trata-se de uma riqueza potencial que, em virtude do progresso tecnológico actual, poderia vir a influenciar consideravelmente o desenvolvimento económico do país. Infelizmente, os governantes nacionais ainda não despertaram para a consideração séria desta dádiva da natureza.

Se fisicamente somos parte integrante da Europa, económica e culturalmente também somos uma das suas componentes. O nosso mercado fundamental situa-se, de facto, na Europa e este é um facto que não pode ser esquecido na elaboração da política externa, e que não deixou mesmo de influir na política externa do Estado Novo, apesar das suas reservas sobre as ligações europeias. Se juntarmos a essa dependência comercial europeia as relações económicas com os Estados Unidos, verificamos que é esmagadora a dependência económica do conjunto euro-americano. Economicamente Portugal é, portanto, um país europeu e, complementarmente, um país euro-atlântico. Qualquer política externa que ignore este dado basilar é uma política fantasista, sem fundamento sólido e contrária aos interesses essenciais do país.

Se atentarmos aos factores culturais, não oferece dúvida que fazemos parte da chamada cultura europeia ou ocidental, que assenta nos três pilares da filosofia grega, do direito romano e da ética cristã. Apesar das dúvidas que certos aspectos superficiais da nossa maneira de ser possam suscitar nalguns espíritos, fazemos inteiramente parte dessa cultura europeia, que em parte ajudámos a construir. Não se deverá

esquecer que Portugal foi o instrumento pioneiro da expansão universal da cultura europeia, tal como era entendida na era de quinhentos, e que a própria proeza de Colombo, como também se deve recordar, foi uma consequência directa do movimento de expansão marítima iniciado pelos portugueses que, se foi financiada pelos Reis Católicos, não deixou, porém, de se basear fundamentalmente na técnica e conhecimentos náuticos dos portugueses de quem Colombo era, aliás, ardente discípulo. E falando de Colombo e do novo continente por ele descoberto, vem a propósito recordar igualmente que a América é também, culturalmente, europeia, um facto que os europeus muitas vezes esquecem. A América é, na realidade, uma Europa transplantada para a outra margem do Atlântico que, durante largo tempo, se alimentou das populações, da ciência e dos capitais europeus. O extraordinário progresso económico e cultural dos Estados Unidos é um produto da cultura europeia e a Europa de hoje recebe de volta o capital financeiro e intelectual que investiu no continente americano, na forma de uma série de instrumentos de progressos e de estilo de vida, culminando numa profunda revolução tecnológica.

Para completar esta breve referência ao papel de Portugal no desenvolvimento da cultura europeia, deve-se também lembrar que, além do aspecto da expansão universal dessa cultura, os portugueses, com as suas explorações marítimas, derrubaram muitos dos mitos da filosofia escolástica medieval e, atestando o valor da experiência para o conhecimento humano, contribuíram fortemente para o desenvolvimento da filosofia e da ciência modernas, como assinalou Francis Bacon.

Mas, além de gesta nacional, a empresa dos descobrimentos marítimos, voltamos a acentuar, foi também uma empresa essencialmente europeia. O Infante D. Henrique era, aliás, filho de uma inglesa e, portanto, um europeu; os ideais por que combatia eram os ideais da Europa cristã e a grande empresa que iniciou foi feita com a colaboração de europeus das mais variadas origens. Camões, no seu poema, põe em evidência o carácter europeu da empresa marítima dos portugueses, embora esse seja um aspecto que entre nós é geralmente deixado na penumbra ou mesmo no esquecimento, acentuando-se de preferência o carácter de epopeia nacional de *Os Lusíadas*. Ora o poema, embora epopeia nacional, epopeia de um povo, principal protagonista dos feitos que o poeta canta, possui um significado mais transcendente pois enaltece também a defesa da civilização cristã e europeia contra um poderoso adversário que então a ameaçava. Em *Os Lusíadas*, Portugal surge como o campeão da Europa cristã a que Camões chama, sucessivamente, «forte Europa belicosa», «soberba Europa», «Europa rica», para finalmente dizer, no canto X:

«Vês Europa cristã, mais alta e clara

Que os outros em pólicia e fortaleza».

Camões fustiga as outras nações europeias, «dentes de Cadmo despargidos», ocupadas em lutas intestinas, chamando-lhes «duro inglês» e «galo indino» ou, no caso dos alemães, «soberbo gado», dizendo que a Itália se encontrava «submersa em vícios mil». Em contraste exalta os portugueses, afirmando:

«Não faltaram cristãos atrevimentos

Nesta pequena casa lusitana».

Com a descolonização e o desaparecimento dos territórios ultramarinos portugueses, a atracção de Portugal para a Europa surgiu como uma tendência natural, tendo em conta os poderosos factores geográficos, económicos e culturais que, mais acima, assinalámos. Desaparecida a força centrífuga do

Ultramar, fez-se sentir com mais vigor a poderosa força centrípeta das Comunidades Europeias e a aproximação à Europa passou a constituir, assim, uma orientação de todos os partidos políticos portugueses verdadeiramente democráticos.

A aproximação das instituições europeias, embora esse facto não seja suficientemente conhecido ou assinalado, constituiu um processo longo, em que diversas etapas se sucederam, num certo encadeamento, e que, tendo a sua origem na participação, há mais de cinquenta anos, na OECE, resultante do Plano Marshall, e passando pela participação na EFTA em 1960 e pelo acordo preferencial com a CEE em 1972, culminou no pedido de adesão às Comunidades, após a Revolução de Abril, pelo primeiro governo constitucional.

Este longo processo de aproximação foi motivado sobretudo pelas circunstâncias de carácter económico e estratégico do momento, mais do que por algum claro pensamento político dos governantes, que no período do Estado Novo não escondiam fortes reservas em relação ao movimento de integração política europeia. A efectivação dessas diversas etapas dependeu grandemente da acção de um pequeno grupo de pessoas, na maioria funcionários, que, encontrando-se em posições-chave, puderam influir decisivamente nas tomadas de decisão adequadas que levaram aos resultados obtidos. Apesar da corrente dominante *ultramarinista*, existia no antigo regime uma incipiente corrente europeísta que conseguiu, apesar dos numerosos obstáculos, alguns resultados positivos no sentido de aproximar o país das instituições europeias, permitindo que, após a Revolução de Abril, os novos governantes pudessem encontrar o caminho aberto para solicitar a adesão às Comunidades Europeias, hoje União Europeia, com todas as implicações políticas e económicas a que já aludimos.

A integração portuguesa na Europa comunitária constitui, por conseguinte, a concretização de um imperativo nacional, nem sempre evidente a todos os portugueses, que permitirá ao país atingir níveis de desenvolvimento económico e cultural comparáveis aos dos outros países europeus mais evoluídos e recuperar, assim, o secular atraso que vimos sofrendo, resultante de uma letargia governativa quase insuperável, fruto da predominância dada pelos nossos líderes políticos a ideologias e querelas pessoais sobre as realidades e o interesse nacional, mantendo o país afastado dos centros dinamizadores da cultura europeia e do progresso por ela gerado.

A integração plena na Europa não nos deverá, porém, fazer esquecer a nossa natureza atlântica e a nossa natural solidariedade com os Estados Unidos, firmada em posições estratégicas fundamentais para a defesa do Ocidente e cimentada pelos laços especiais resultantes da existência de importantes núcleos de portugueses e luso-americanos naquele país. A participação na NATO baseia-se hoje, mais do que nunca, num imperativo nacional, como país particularmente interessado na aliança entre a Europa e os Estados Unidos. Essa posição fará com que sejamos dentro da União Europeia, com a Grã-Bretanha e a Irlanda, um dos elos mais fortes da Aliança Atlântica.

Após a penosa evolução verificada na política externa, sobretudo da época que assistiu ao rescaldo da aventura napoleónica, o nosso euro-atlantismo natural encontrou finalmente uma base política que nos parece sólida e irreversível, salvo qualquer aventura política que o estádio ainda incipiente da nossa estrutura política democrática possa acidentalmente produzir.

Mas se o euro-atlantismo deve constituir a base essencial da política externa portuguesa, devemos advertir, em conclusão, que ele não deve ser exclusivista. Quer a União Europeia, quer os Estados Unidos, embora dêem prioridade, consoante os casos, tanto aos interesses europeus como aos interesses da

Aliança Atlântica, possuem interesses importantes noutras áreas, que lhes impõem outras orientações políticas paralelas ou complementares. O nosso euro-atlantismo não tem pois que ser exclusivista e não impede outras políticas particulares, como sejam a política de aproximação e solidariedade com os países lusófonos aos quais estamos ligados por profundos laços históricos, ou a política de bom entendimento com outros países onde existem importantes núcleos de portugueses ou com aqueles com quem mantemos importantes laços de natureza económica e cultural. Todos estes aspectos da política externa não são, de forma alguma, incompatíveis com o euro-atlantismo. Alguns deles constituem até aspectos complementares da orientação básica da política exterior portuguesa, que poderão reforçar a posição do país no seio da União Europeia e, de certo, individualizar a participação na formação de uma política europeia.

Finalmente, o termo da Guerra Fria, com o colapso da União Soviética e a consequente assunção dos Estados Unidos como única superpotência económica e militar que, entre outros efeitos, levou a um alargamento da composição da NATO e à extensão do seu âmbito de aplicação, não alterou a essência da Aliança Atlântica e, por conseguinte, não afectou, antes reforçou, os fundamentos da nossa postura euro-atlântica.

Qualquer que seja o empenho que os governos do nosso país demonstrarem na prossecução de qualquer política externa sectorial, não deverá esquecer, nem muito menos contrariar, os objectivos fundamentais da nossa posição euro-atlântica assente, como vimos, em alicerces bem sólidos, representando a única garantia plena da nossa segurança e do nossos progresso.